

AS RE-EXISTÊNCIAS CAMPONESAS EM ITAUCU-GOIÁS NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Peasant re-existences in Itauçu-Goiás from a decolonial perspective

Elisabeth Maria de Fatima Borges

Universidade Federal de Goiás

Amone Inácia Alves

Universidade Federal de Goiás

RESUMO

A perspectiva colonial, hegemônica, sempre abordou os camponeses como depositários e agentes de culturas tradicionais, vítimas irremediáveis do tradicionalismo conservador, atrasado e incapaz. Esse texto, objeto de uma discussão do doutoramento em andamento, visa questionar? Como os camponeses constroem modos de vida e de existência, a partir das lutas? O advento da perspectiva decolonial vem trazendo uma nova proposta que defende a necessidade das pesquisas dar visibilidade a grupos que se posicionam de modo diferentes dentro de uma lógica que ainda é racial e colonial, mas que desafiam as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade que os tratou de forma inferiorizada. Partindo dessa premissa essa pesquisa tem como objetivo analisar as dinâmicas de organização de re-existência dos camponeses em Itauçu-Goiás. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. O problema da pesquisa é: a perspectiva decolonial é adequada para se pesquisar as dinâmicas de organização dos camponeses em Itauçu-Goiás? Utilizamos uma literatura que subsidia a discussão com autores, como: Martins (1989), Santos (2009), dentre outros da Sociologia rural. Os resultados apontam para a eficácia da perspectiva decolonial para a análise dos movimentos sociais do campo, pois possibilita uma mudança de perspectiva no olhar sobre o camponês, visto não mais como o atrasado e sim como inovador, capaz de mobilizar seus saberes na luta por seus direitos. Conclui-se que essa perspectiva possibilita o reconhecimento e a validação do conhecimento e das lutas que foram produzidas pelos camponeses itauçuenses, vítimas de injustiças, opressões, dominações e exclusões.

Palavras-chaves: re-existência; campesinato; perspectiva decolonial.

ABSTRACT

The colonial, hegemonic perspective has always approached peasants as custodians and agents of traditional cultures, irremediable victims of conservative, backward and incapable traditionalism. This text, the subject of an ongoing doctoral discussion, aims to question: how do peasants construct ways of life and existence, based on their struggles? The advent of the decolonial perspective has brought a new proposal that defends the need for research to give visibility to groups that position themselves differently within a logic that is still racial and colonial, but that challenge the social, political and epistemic structures of coloniality that treated them as inferior. Based on this premise, this research aims to analyze the dynamics of organization of peasants' re-existence in Itauçu-Goiás. The methodology used was bibliographical research. The research problem is: is the decolonial perspective adequate to research the dynamics of organization of peasants in Itauçu-Goiás? We utilize literature that supports the discussion with authors such as: Martins (1989), Santos (2009), among others from rural sociology. The results point to the effectiveness of the decolonial perspective for the analysis of social movements in the countryside, as it allows for a change in perspective on the peasant, who is no longer seen as backward but as innovators, capable of mobilizing their knowledge in the fight for their rights. It is concluded that this perspective enables the recognition and validation of the knowledge and struggles that were produced by the Itauçu peasants, victims of injustice, oppression, domination and exclusion.

Keywords: re-existence; peasantry; decolonial perspective.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar as dinâmicas de organização de re-existência dos camponeses em Itauçu-Goiás em três movimentos sociais do campo: inicia-se na década de 1950 com as Ligas camponesas, depois na década de 1960 o Movimento de Educação de Base (MEB) e a retomada destes movimentos sociais do campo na década de 1980 com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Desse modo, o texto parte da seguinte situação problema: a perspectiva decolonial é adequada para se pesquisar as dinâmicas de organização dos camponeses em Itauçu-Goiás?

Martins (1989) já denunciava o discurso colonial no olhar sobre a organização dos camponeses no Brasil, que a apresenta como inútil em relação aos avanços ocasionados pela expansão do capitalismo no campo. Esse autor conclama os pesquisadores a ter um outro olhar sobre esses sujeitos.

Está terminando o tempo da inocência e começando o tempo da política. Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História (Martins, 1989, p. 12-13).

A perspectiva decolonial é apresentada por Mignolo (2010) como uma abordagem de pesquisa que parte da crítica ao poder que o pensamento colonial exerce na constituição do ser e do saber, propondo uma inovação: que os pesquisadores se situem a partir destes sujeitos sociais inferiorizados que resistem, construindo práticas e conhecimentos insurgentes, sob uma concepção contra-hegemônica.

Quanto à escolha espacial para esta pesquisa, evidenciamos os movimentos sociais do campo em Itauçu, nas décadas de 1950 a 1990; objeto que faz parte da delimitação de um projeto de pesquisa de doutoramento sobre os saberes tradicionais e do mundo do trabalho que os camponeses itauçuenses mobilizaram na luta por seus direitos. Esse recorte temporal permite apresentar o surgimento dos três movimentos sociais na região.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, enfatizando aspectos da perspectiva decolonial bem como dos movimentos sociais do campo em Itauçu.

O texto está dividido em três partes: se inicia apresentando a perspectiva decolonial, em seguida enfatiza-se a pertinência da utilização dessa perspectiva para analisar o campesinato; e para concluir, analisamos a re-existência camponesa em Itauçu nas Ligas camponesas, no MEB e nas CEB's.

DECOLONIALIDADE

Sauerbronn, Ayres e Lourenço (2017) mostram que duas correntes se destacam na discussão sobre o decolonialismo: a Teoria Crítica Pós-

Colonialista, postulada por Edward Said, Gayatri Spivak e Hommi Bhabha - teóricos da América do Norte; e o Movimento/Epistemologia Decolonial, cujos expoentes são: Waman Puma de Ayala, José Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa - teóricos oriundos preponderantemente da América do Sul.

Analisando as epistemologias do Sul Santos (2009) as apresenta como um conjunto de procedimentos que objetivam o reconhecimento e a validação do conhecimento e das lutas que vêm sendo produzidas por sujeitos que sofrem “injustiças, opressões, dominações e exclusões causadas principalmente pelo capitalismo global, colonialismo e patriarcado” (SANTOS, 2009, p. 12).

O termo “Giro decolonial” foi criado no ano de 2005 por Nelson Maldonado-Torres e significa “o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade”, ou seja, a decolonialidade e posta como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade (Balestrin, 2013, p. 105).

Prasad (2005) define o decolonialismo como uma tradição de pesquisa qualitativa que enfatiza a natureza estruturada da realidade social, através de um projeto de crítica e resistência à modernidade ocidental, principalmente a colonização nos arranjos sociais, reunindo uma ampla diversidade de vozes.

Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2024) defendem uma definição ampla de decolonialidade, que não seja restrita¹ a um conjunto de autores. Esses autores defendem que essa escolha possibilita a apreensão dos processos de resistência e lutas de re-existência política e epistêmica. Os autores mostram que existem riscos e vantagens de se trabalhar com a perspectiva da decolonialidade.

Como vantagem, apontam a capacidade de se esclarecer o que está em jogo na situação pesquisada, elucidando as colonialidades do poder, do saber e do ser. Sobre os riscos, evidenciam, a questão da tradição acadêmica brasileira e o de que o projeto decolonial ao se tornar acadêmico esquece de suas raízes e se torna mais uma moda acadêmica do que um projeto de intervenção na realidade. Portanto, os autores defendem que a decolonialidade deve ser um projeto político-acadêmico. Os autores mostram que a decolonialidade traz a noção de geopolítica e de corpo do conhecimento como crítica ao eurocentrismo e ao cientificismo.

Maldonado-Torres (2007) mostra que sob a concepção do colonialismo a frase “(eu) penso” deixa implícito que os outros não pensam adequadamente para emitir juízo científico, e que nessa visão colonialista o privilégio de de uns implica a negação do conhecimento dos outros.

Para Mignolo (2008, p. 258) “A genealogia do pensamento decolonial é planetária e não se limita a indivíduos, mas incorpora nos movimentos

¹Os autores definem como restrita a definição de decolonialidade proposta pelo grupo modernidade/decolonialidade.

sociais". Ao abordar a genealogia global do pensamento decolonial, o autor cita o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil.

Suez e Silva (2019) apontam algumas características da decolonialidade: o questionamento da visão eurocêntrica e colonial; as pesquisas sobre sistemas de objetos e de ações que foram menosprezados historicamente; a superação da dicotomia sociedade e natureza, partindo de uma visão integrada dos elementos naturais e humanos; a valorização de atividades humanas que estejam em harmonia com os elementos naturais; a valorização das atividades dos povos tradicionais, (indígenas, negros, mulheres, camponeses); a desconstrução de uma perspectiva de organização do trabalho que não esteja a serviço de um bem comum; a notabilidade de vozes historicamente invisíveis. Em suma: busca a reconexão entre o “eu” e a coletividade.

Porto-Gonçalves (2005) destaca que as pesquisas sobre a Colonialidade do Saber mostram que além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, existe um legado epistemológico do eurocentrismo, e que esse legado dificulta a compreensão do mundo a partir de nossa ótica, própria do mundo em que vivemos e de nossas epistemes. O autor ressalta que a teoria da modernidade/colonialidade ao ressaltar o papel protagônico subalternizado indica não uma inferiorização da América em relação à Europa, como se poderia pensar nos marcos dicotomizados do pensamento hegemônico.

No que se refere à naturalização da sociedade liberal, Lander (2005) destaca que o processo que culminou com a consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal, naturalizando-os, teve ao mesmo tempo: uma dimensão colonial/imperial de conquista e/ou submissão de outros continentes e territórios pelas potências europeias; e, no continente europeu, uma “luta civilizatória” que visava a imposição de uma hegemonia do projeto liberal.

Conforme Lander (2005), nesse processo, os camponeses foram expulsos de suas terras. E, para que isso fosse possível, foi sendo imposta uma visão de mundo, eurocêntrica, que declarava a superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (conhecimentos científicos) em relação a todos os outros tipos de conhecimentos. O autor destaca que essa visão eurocêntrica pensa e organiza o tempo e o espaço mundial do ponto de vista de sua própria experiência histórico cultural, se declarando como superior e universal, formando assim um metarrelato da modernidade, um dispositivo de conhecimento colonial e imperial que define as outras formas de conhecimento, como arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas.

Lander (2005) mostra que estão surgindo na América Latina grupos que buscam alternativas a esse pensamento eurocêntrico-colonial, que consideram outras formas de conhecer, questionar o caráter colonial/eurocêntrico dos saberes sociais sobre o continente.

Lander (2005), citando Montero (1998), aponta como inovações dessa proposta: o reconhecimento da concepção de comunidade, de participação, e da concepção de saber popular, como uma maneira de constituir e ao mesmo tempo um produto de uma episteme de relação; a

ideia de que a práxis pode levar à libertação, através de uma mobilização da consciência de classe e do sentido crítico que leva desnaturalização das formas únicas de aprender-construir-ser no mundo; uma redefinição do papel do pesquisador social, que conduz o reconhecimento do Outro como Si Mesmo (sujeito-objeto da investigação, ator social e construtor do conhecimento); o reconhecimento de que o conhecimento tem um caráter histórico e por isso é indeterminado, indefinido, inacabado e relativo; o reconhecimento da multiplicidade de vozes, de mundos de vida, e, desta forma, da pluralidade epistêmica; o reconhecimento da existência de uma perspectiva da dependência, e, nesse sentido, a da resistência; o reconhecimento da existência de uma tensão entre minorias e majorias e os modos alternativos de fazer-conhecer; e, por fim, a necessidade de revisão de métodos, bem como as possíveis contribuições e as transformações que podem provocar.

Para Montero (1998) as principais contribuições desta epistemologia decolonial latino-americano são: a Teologia da libertação, a Filosofia da libertação (Dussel, 1988; Scalone, 1990), Paulo Freire, Orlando Fals Borda (1959; 1978) e Alejandro Moreno (1995).

Quanto à importância do pensamento decolonial, Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2024) destacam que a tradição eurocentrista e colonial influenciou fortemente não apenas a produção científica mas também vários âmbitos como a economia, a política, e até a relação com a natureza. Para os autores, esse modelo reverbera a ideia de que o modelo colonial é o ápice do desenvolvimento, e assim, consideram as outras maneiras de organização da vida como pré-modernas, atrasadas, e equivocadas. Os autores pontuam que ao exportar modelos de desenvolvimento científico europeus ou norte-americanos acabamos por desconsiderar todos os projetos de emancipação feitos pelos sujeitos do sul global. Os autores destacam que são contra essa perspectiva que a decolonialidade surge no sentido de se pesquisar outras formas e projetos de existência e de re-existência do sul global, que foram desprezadas pela modernidade.

Neste ínterim Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2024) defendem uma concepção ampla de decolonialidade, que não seja restrita a um conjunto de autores, para que se possa apreender os processos de resistência bem como as lutas por re-existências das populações excluídas das pesquisas coloniais.

Assim, para que possamos compreender a relevância da perspectiva decolonial para se pensar o campesinato, evidenciamos no próximo tópico, alguns aspectos históricos e conceituais.

PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SE PENSAR O CAMPESINATO

Escobar (2005) defende que o lugar desapareceu no frenesi da globalização, e que este enfraquecimento do lugar pode trazer grandes consequências em nossa compreensão de cultura, conhecimento, natureza, e até mesmo da economia. O autor defende a necessidade de retomar a importância do lugar e da criação do lugar, tanto para a cultura, quanto

para a natureza ou a economia, no intuito de identificar as forças políticas efetivas em defesa do lugar e das identidades baseadas no lugar.

Esse autor defende que nas discussões sobre a globalização deve-se reintroduzir a dimensão baseada no lugar, reconhecendo as práticas econômicas, baseadas no lugar, no processo de delimitação das ordens alternativas. Escobar (2005) destaca, ainda, que a necessidade da epistemologia reconhecer as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas-no-lugar.

Desta forma, esse autor mostra que pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (antropólogos, geógrafos e ecologistas políticos) vêm demonstrando que ~diversas comunidades rurais do Terceiro Mundo ~constróem~ a natureza de formas impressionantemente diferentes das formas modernas dominantes~. E que essas comunidades utilizam os ambientes naturais de maneiras muito particulares, utilizando-se de diferentes práticas de pensar, relacionar-se, construir e experimentar o biológico e o natural. O autor mostra que Gudeman e Rivera (1990) defendem que os camponeses poderiam possuir um modelo local da terra, da economia e da produção significativamente diferente dos modelos modernos, baseados em experiências de vida.

Escobar (2005) defende que os movimentos sociais do campo geralmente enfatizam quatro direitos fundamentais: identidade, território, autonomia política, e a sua própria visão de desenvolvimento. E que a maioria deles é concebida em termos de diferenças culturais, e da diferença ecológica que esta significa. O autor enfatiza que esses movimentos não visam o desenvolvimento local nem a satisfação de necessidades, embora as melhorias econômicas e materiais sejam importantes para eles. Para o autor eles são movimentos que surgem em uma vinculação cultural e ecológica a um território, no qual o direito a existir se torna uma questão cultural, política e ecológica. Escobar (2005) pondera que esses sujeitos estão abertos a certas formas de bens, comércio, e as tecnociências, mas ao mesmo tempo resistem à completa valorização capitalista da natureza.

Benzaquem (2014) aponta, através da (in) visibilidade de resistências, para o que ela denomina de “pluralização de ideias e ações” em prol de diferentes emancipações. A autora propõe substituir o conceito de movimentos sociais por (r)existência resistente:

[...] o exercício epistemológico de **substituir o conceito de movimentos sociais por de (r)existência resistentes** visa enfatizar a complexidade das ações que buscam a mudança do status quo no mundo contemporâneo. Por um lado, a variedade de tipos de resistências pode significar processos de fragmentação e de particularismos, por outro, a diversidade de resistências pode também levar a ações específicas de impacto político significativo, bem como ampliação de possibilidades de articulações diversas entre resistências distintas (Benzaquem, 2014, p. 06).

Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2024) defendem a necessidade do diálogo e a afirmação de perspectivas dos conhecimentos e de povos que foram subalternizados, desprezados pela modernidade

colonial, pesquisar seus projetos políticos de construção de uma outra forma de existência, e que trazem em seu bojo a resistência, a re-existência e a esperança.

Escobar (2005) mostra a necessidade de se pesquisar as múltiplas lógicas locais de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas e econômicas que emergem das comunidades de todo o mundo. Conforme o autor, essas pesquisas devem problematizar: em que medida essas práticas colocam obstáculos importantes e talvez originais ao capitalismo e as modernidades eurocentradas? O autor defende que é nesta intersecção dos modelos da natureza baseados-no-lugar e na economia, por um lado, e na teorização de racionalidades produtivas, por outro, que poderemos encontrar um contexto de referência mais amplo para situar os debates sobre a sustentabilidade cultural e ecológica.

Para Rodrigues *et al.* (2019) a decolonialidade pode ser compreendida como um movimento crítico que propõe uma ruptura com o processo colonizador, ao indicar uma desconstrução de movimentos unitários em favor da diversidade dos saberes emergentes associados com a realidade social Latino-americana. É sob essa concepção que se pretende analisar a mobilização dos saberes tradicionais pelos camponeses no seu movimento de luta por seus direitos.

Arroyo (2023) mostra que o paradigma colonizador é segregador, defensor de um humano único, e por isso decreta os “outros” (indígenas, negros, trabalhadores e trabalhadoras) como seres com deficiência originária de humanidade, e por causa disso são seres extermináveis, que podem ser submetidos a sofrimentos e trabalhos escravos. E, mostra que essa tese é refutada pelo paradigma decolonial, o qual vem denunciando essa negação da condição de ser humano posta pelo colonialismo. O autor destaca a apropriação colonial da terra e a consequente expropriação dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e camponeses.

Martins (1989) já denunciava que tanto os antropólogos quanto os sociólogos tendem a geralmente tratar os camponeses como depositários e agentes de culturas tradicionais, e por isso como vítimas irremediáveis do tradicionalismo conservador. O autor inova ao propor uma mudança de perspectiva: a de pensar o camponês como inovador, o oposto do que foi pensado.

Ainda conforme Martins (1989), embora a tradição e a cultura tradicional estejam presentes no campo, elas já não têm tanto peso nas decisões e nos acontecimentos. Desse modo, o autor sugere a proposta metodológica de pesquisar as transformações que modificam velhas relações sociais no campo, abrindo espaço para a invenção cultural. Para o autor, “somente assim seremos capazes de compreender o sentido da fala nova, do gesto novo, da canção nova, das formas modificações de sociabilidade” (Martins, 1989, p. 18). Esse autor defende a necessidade de se pesquisar e registrar as mudanças ocorridas nos âmbitos econômico, político e religioso no universo camponês.

Nesta perspectiva, Arroyo (2023) enfatiza que os camponeses ao ingressarem nos movimentos sociais do campo resistem à expropriação de suas terras e as consequentes destruição de suas culturas e de sua

humanização. Para ele os estudos decoloniais denunciam que o poder colonial impôs um novo padrão de trabalho baseado na apropriação da renda do trabalho, na expropriação (concentração de propriedade e relações escravizantes de trabalho) e nos convoca a pesquisas as resistências a esse processo, no intuito de entender os coletivos sociais que resistem, suas vivências históricas, suas vidas re-existentes a esse processo de desumanização. Nos convoca a compreender suas ações coletivas re-existentes na luta por condições sociais de vida justa e humana. Este texto parte dessa perspectiva para analisar os processos de re-existências dos camponeses no município de Itauçu.

Walsh (2009) fala em Pedagogias Decoloniais que podem ser construídas tanto em ambientes de educação formal (escolas, colégios e universidades) quanto na educação não-formal (nas comunidades, bairros, movimentos sociais). A aula as apontam como pedagogias que são capazes de integrar o questionamento e a análise crítica, aliadas a uma ação social transformadora e a insurgência e intervenção nos campos do poder, do ser, do saber e na vida dos sujeitos, ou seja, capaz de se comprometer com a razão do “Outro”.

Rodrigues et al. (2019) mostram que o discurso decolonial e a ecologia dos saberes contribuem para o processo de ressignificação de conceitos da produção de conhecimento eurocêntrica, com isso essas perspectivas colaboram para refundar bases epistemológicas. Eles evidenciam que na decolonialidade os saberes locais não são mais considerados inferiores ao conhecimento científico ocidental, e que assim possibilita o questionamento da ideia de saberes universais válidos para todo o planeta.

É partindo da perspectiva decolonial que Rodrigues et al. (2019) defendem que os saberes dos camponeses se baseiam nas práticas cotidianas de uso e manejo da terra, junto a sua família. Os autores mostram que no campo existe um sistema de valores no qual a vida do camponês é somada à natureza, direcionando as práticas produtivas e sociais ali desenvolvidas. Para os autores os saberes gestados nesse espaço pode ser denominado um saber social, gestado no cotidiano do trabalho e da luta camponesa, um saber que é a expressão concreta da consciência dos camponeses, que é útil tanto ao trabalho quanto aos enfrentamentos vividos diariamente pelos camponeses. Defendem ainda que a perspectiva decolonial possibilita uma aproximação de múltiplos saberes, sem uma intenção de sobreposição ou conquista epistemológica. A seguir serão apresentados as mobilizações dos saberes camponeses nas lutas por seus direitos em Itauçu.

RE-EXISTÊNCIAS CAMPONESAS EM ITAUÇU GOIÁS

Neste tópico serão abordados os movimentos de resistência e as ações de re-existência dos camponeses no município de Itauçu, Goiás: Ligas Camponesas (décadas de 1950 a 1960), MEB (década de 1960) e as CEB's (décadas de 1980-2000).

O primeiro movimento social do campo implementado em Itauçu foi o das Ligas Camponesas, que eram organizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Borges (2005) destaca que o partido enviou uma de suas lideranças para a cidade em 1956, no intuito de organizar na região, que havia sido a maior produtora de café do Estado de Goiás na década de 1930. A autora destaca que o camponês Sebastião Bailão, que viera da organização das Ligas Camponesas de Trombas e Formoso, sofreu muita discriminação quando chegou a Itauçu, era visto como o “perigoso comunista”, o qual ninguém deveria se aproximar.

Borges (2007) traz um interessante estudo sobre o impacto da chegada de um comunista em uma região muito conservadora. E revela as suas ações de Bailão para reverter a situação e ser aceito pela população local, para somente depois iniciar seu trabalho de organização dos camponeses. A estratégia usada por Bailão neste processo foi muito sábia, ele não chegou tentando impor os ideais da ideologia comunista, e sim utilizou de sua cultura camponesa, para ser aceito pelos seus pares. A autora pontua a importância de se discutir o significado político da atuação das Ligas Camponesas no município de Itauçu e seu impacto no movimento de discussão da situação dos camponeses a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo na região.

A ida de Sebastião Bailão para Itauçu fazia parte de um projeto do Partido, lançado em 1955, de organizar associações de camponeses no Estado. Neste intuito dividiram o Estado em regiões (formadas por 8 a 10 municípios). Diante das adversidades encontradas em sua chegada a Itauçu, Bailão pauta suas ações em seus conhecimentos camponeses e não nas idealizações do partido. Para tal ele mobiliza diversos campos dos saberes camponeses. Dos saberes cotidianos do mundo do trabalho ele se valeu de sua expertise de se destacar enquanto um trabalhador que conseguia ir muito além da média da época, tanto no labor da terra quanto no serviço de servente de pedreiro, que foi o primeiro serviço que ele encontrou vaga. Bailão destaca que existia ali um pedreiro que assentava três mil tijolos em um dia, e por isso precisava de dois serventes simultâneos para o auxiliar, e que Bailão o fazia sozinho. Isso lhe rendeu uma certa fama na cidade. A solidariedade, característica bastante comum na cultura camponesa, foi também mobilizada no processo de aceitação de Bailão, ao morrer uma idosa pobre Bailão saiu nas vendas e praças da cidade solicitando ajuda das pessoas para comprar o caixão e fazer o enterro da idosa. Uma outra habilidade que ele utilizou, foi de cunho religioso, a benzeção, com a morte da benzedeira local Bailão se prontificou ao ofício e logo sua fama se espalhou, pessoas se deslocavam vários quilômetros em busca de sua benzeção. Assim, aos poucos, ele foi conseguindo ser aceito pela população e logo conseguiu emprego nas lavouras, podendo então iniciar o trabalho de conscientização dos camponeses (Borges, 2005; Borges, 2007).

Borges (2005) cita um trecho da fala de Bailão que evidencia a confiança conquistada entre a população itauçuense através da benzeção:

Aquelas fazendeiras de pudim levava lá e não me cobrava de jeito nenhum. O povo me dava galinha, trazia espeto, milho, porco castrado, trazia tudo. Eu benzia os cobreiros com 3

talos de mamona. O povo passou a confiar tanto em nós que tudo que eu benzia sarava. E quantas vezes que eu tava dentro do ônibus, pra viajá e chegava gente prá benze e o motorista da chalana esperava. Tomaram confiança na gente duma forma... (Sebastião Bailão, 2004 apud Borges, 2005, p. 46).

Borges (2007) enfatiza que o fato atípico de um “comunista benzedor” sugere que Bailão, mesmo incorporando a ideologia do Partido Comunista, incorporou traços culturais do cotidiano (religiosidade popular, solidariedade do mutirão) em seu trabalho de organização dos camponeses. Mostra que a benzeção, prática importante da medicina popular na época, possibilitou que ele estabelecesse relações de solidariedade com seus pares, e que o ato de benzer e curar na cultura camponesa demonstra que a pessoa tem uma aliança com os santos, e que é capaz de reparar uma tragédia, dor, sofrimento. Portanto ao benzer Bailão mostrou-se solidário aos pobres, aos problemas da sociedade local. Isso sem dúvida contribuiu muito para a sua aceitação.

Assim em 1956, apenas um ano depois de sua chegada Bailão funda em Itauçu a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, que se tornou a segunda maior organização das Ligas Camponesas no Estado de Goiás, sendo muito atuante na articulação dos camponeses no sul do Estado de Goiás (Borges, 2005; Duarte, 1998; Guimarães, 1988; Pessoa, 1999).

Essa Associação foi transformada no Sindicato dos Produtores Autônomos Rurais de Itauçu, em 1963, a alteração da denominação de lavradores e trabalhadores agrícolas para produtores autônomos deve-se ao fato da leitura que as lideranças do Partido faziam das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural, que havia sido recentemente promulgado (Borges, 2007).

A expressividade da organização das Ligas Camponesas em Itauçu se revela no fato de que neste ano, quando foi criada a Federação dos Sindicatos dos Produtores Autônomos do Estado de Goiás, em 1963, Bailão foi eleito o presidente (Borges, 2005; Borges, 2007).

No início da década de 1960 implementou-se no Brasil o Programa Movimento de Educação de Base (MEB), que visava alfabetizar os camponeses. Este projeto fazia parte da conjuntura econômica desenvolvimentista, na qual o analfabetismo era considerado um dos maiores entraves do desenvolvimento brasileiro, que pretendia a formação de mão-de-obra especializada. O MEB foi um movimento criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que objetivava criar um programa de educação de base nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (Peixoto Filho, 2003).

No Estado de Goiás as aulas no MEB foram gravadas e transmitidas pela Rádio Difusora de Goiânia. Formaram equipes de monitores para ajudar os alunos, eles se responsabilizavam por todo o processo educacional (captação dos alunos, orientação nas atividades propostas pela aula gravada, controle da frequência, promoção de debates, aplicação de provas, envio de relatórios mensais sobre o andamento da escola para a equipe do MEB Estadual). A escolha dos

monitores se dava entre as lideranças locais, que soubessem ler e escrever (Borges, 2005; Borges, Oliveira, 2024; Borges, Oliveira, 2023).

O trabalho do MEB em Itauçu, se iniciou em 1961 e sua atuação também desempenhou um importante papel na organização dos camponeses locais. O MEB foi pioneiro ao incorporar os monitores e os alunos em seu planejamento interno. Os documentos do MEB destacam a participação dos monitores da Comunidade Serrinha, de Itauçu, como sujeito ativo em sua comunidade e junto com a equipe estadual. A inovação do programa se iniciava desde o treinamento dos monitores, onde não se utilizava a educação bancária, tal como era de praxe na época, pautava-se na metodologia de Paulo Freire, promovendo capacitação que possibilitou tornar os monitores sujeitos ativos do processo. Assim o MEB inovou ao superar uma proposta de formação bancária, que promove uma aprendizagem mecânica, passiva e sem criticidade (Borges, 2005; Borges, Oliveira, 2024; Borges, Oliveira, 2023).

Peixoto Filho (1985) pesquisando a atuação do MEB na comunidade Serrinha em Itauçu, afirma que essa metodologia inovadora do MEB possibilitou que os camponeses itauçuenses reconhecessem seus problemas locais e pensassem em formas de solução, embora várias vezes esbarravam em questões estruturais, que iam além de suas possibilidades de mudança.

Um dos exemplos de resistência do MEB em Itauçu foi quando os camponeses perceberam que o direito de seus filhos estudarem não estava sendo atendido, e que ali havia 54 crianças em idade escolar e fora da escola. Para solucionar o problema, os camponeses tentaram ajuda da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação do Estado de Goiás e não obtiveram apoio, então mobilizaram seus saberes na construção de uma escola local para as crianças. As reuniões eram registradas atas que eram enviadas ao MEB- GO. As atas registram as formas encontradas para angariar dinheiro: leilões e doações, bem como os regimes de mutirão para a construção do prédio escolar (Borges, 2005; Borges, Oliveira, 2024; Borges, Oliveira, 2023).

Peixoto Filho (1985) relata que para a construção da escola foi feita uma planta do prédio. Isso não era uma prática comum, no cotidiano camponês. Todavia os monitores camponeses Oscavu Moreira Coelho e José Moreira Coelho já tinham experiência na área de construção civil, uma vez que haviam construído, para seus tios, uma usina hidráulica em 1953, sem nunca terem visto uma.

Os detalhes da construção da escola em regime de mutirão é apresentado por diversas pesquisas (Adriano, 2012; Borges, 2005; Borges, 2005; Borges; Oliveira, 2024; Peixoto Filho, 1985). As correspondências dos camponeses para a equipe do MEB GO narram o processo no qual cada camponês usa de suas habilidades e saberes no mutirão da escola: “quem não tem trator para ajudar ajuda com o carro de boi, outro com a carroça, quem não sabe assentar tijolo sabe masssar barro para o pedreiro, se tudo correr bem ainda teremos aulas neste segundo semestre” (Adriano, 2012; Borges, 2005; Borges; Oliveira, 2024). A Inauguração da Escola Nossa Senhora Aparecida foi um momento festivo entre os camponeses itauçuenses (Borges; Oliveira, 2024).

Sobre o impacto do MEB na promoção da consciência e

reconhecimento da importância da participação política e social dos camponeses itauçuenses pode-se afirmar: o surgimento da autonomia, bem como da crítica a dependência excessiva das comunidades rurais em relação aos governantes; o reconhecimento da necessidade de autonomia e proatividade dos próprios camponeses na resolução de seus problemas; o reconhecimento do papel da educação problematizadora e da organização de classe como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento das comunidades rurais (Borges, 2005; Borges; Oliveira, 2024; Peixoto Filho, 1985). Não se pode negar a relevância da educação problematizadora entre os camponeses itauçuenses através do MEB, onde a sala de aula se tornou o locus de debates sobre a situação de vida, um espaço de conscientização e politização.

Os movimentos sociais do campo em Itauçu das décadas de 1950 e 1960 (Ligas Camponesas e MEB) tiveram um papel crucial ao evidenciar aos camponeses sua situação de opressão/exploração/desumanização (como a taxa de arrendo de 70% da produção agrícola). Tal como defende Arroyo (2023) fica evidenciado o discurso colonial no trato desumano para com as famílias camponesas, pautado no discurso que os apresenta, como seres inumanos, destituídos de valor, decretados seres atrasados, logo incapazes de ter consciência de sua humanização, a dialética abissal, sacrificial de opressão/desumanização. Todavia as reflexões promovidas nestes movimentos sociais colaboraram para que eles se conscientizassem e comesçassem a organização e planejamento de ações de re-existência.

Bastos (1984) analisando as Ligas Camponesas no nordeste brasileiro destaca que elas dispunham de três instrumentos para difundirem seus princípios: o Código Civil, a Bíblia e a poesia popular. Pode-se afirmar que tanto no município de Itauçu ocorreu o mesmo nos dois movimentos sociais (Ligas Camponesas e MEB). O Código Civil brasileiro foi apresentado aos camponeses itauçuenses de forma direta pelas Ligas camponesas, destacando o status legal da organização, mas o MEB indiretamente também o apresentou. O uso da Bíblia nas Ligas ocorreu de forma indireta através do apoio da Igreja Pentecostal e do pastor Vergílio Pentecoste, que era o braço direito de Bailão em Itauçu, e no MEB de forma mais direta por ser um projeto implementado pela Igreja Católica. Já a poesia e a cultura popular (poesias, músicas, teatro) foi utilizada de forma igual pelos dois movimentos, tanto Ligas quanto o MEB, em ambos assumiram um significado político e pedagógico, devido a crítica que tecia a sociedade da época.

Outro dado interessante é o pouco tempo de estudo entre as lideranças das Ligas e do MEB, Bailão, tal como os demais monitores e líderes do MEB tinham apenas poucos meses de estudo, mas isso não foi empecilho para a execução de um importante trabalho na região.

No ano de 1963 a mídia em geral e a academia debatiam as temáticas de reforma agrária e da violência do campo. Jornais goianos, como: Opção, 4º Poder e O Popular denunciavam o clima de violência no campo. A decisão dos sindicatos de desencadear uma invasão às terras improdutivas provocou uma reação imediata dos fazendeiros locais.

Em 1964 o Golpe Militar encerrou as atividades das Ligas Camponesas em Itauçu, prenderam e torturaram Bailão e vários camponeses

que participavam das Ligas, extinguiram o Sindicato e queimaram todos os seus documentos. O trabalho do MEB ainda permaneceu por um curto período, mas em 1966 foram presas todas as lideranças camponesas do MEB em Itauçu. Tal como ocorreu após as prisões dos membros das Ligas, as famílias dos camponeses ligadas ao MEB foram expulsas das fazendas, sem nenhuma indenização, logo que retornaram das prisões. Os camponeses que participaram dos dois movimentos sociais foram muito discriminados pela população local, muitos se mudaram para outros locais, por medo, por vergonha ou por não mais conseguirem emprego na região.

Essas prisões e a expulsão dos camponeses são silenciadas da história de Itauçu, não há nenhum registro sobre esses movimentos sociais nos documentos da história do município e até as pessoas que participaram desses movimentos se negam a falar sobre o assunto, com exceção de algumas lideranças.

Arroyo (2019) evidencia que entre as vidas re-existent é muito comum encontrar vidas ameaçadas. Declara que desde a infância os povos oprimidos vivenciam essas situações: sabem-se ameaçados, identificando por quem e porquê, portanto essa vivência em um contexto de desumanização torna esses sujeitos conscientes da necessidade de re-existir por vida justa e humana, por continuar vivos lutando pela vida, e por seus saberes, valores, culturas, identidades.

Borges (2005) denuncia esse silêncio e apagamento dessa memória, percebidos nos documentos oficiais da história do município e nas pessoas que se negam a dar entrevistas, por medo. Pollak (1989) enfatiza que o silêncio dos sujeitos vitimizados tem, vai além das razões pessoais, tem razões políticas, pois os pais tentam poupar os filhos de crescerem com as lembranças de suas feridas. Para ele, o silêncio das vítimas sobre o passado não significa esquecimento e sim revela a resistência de uma sociedade impotente ao excesso de discursos oficiais.

Borges (2007) mostra que a população local quando se refere a esses dois movimentos sociais o fazem como se fosse “coisa do partido comunista”, o que revela o poder do discurso dominante que rechaça da história oficial a luta dos vencidos, como também procura apagá-la da memória de suas testemunhas. Tratam esses movimentos como coisa insignificante, vergonhosa, que deve ser apagada da história do município. Percebe-se no discurso oficial da história de Itauçu uma visão colonial que vê os camponeses, os “outros” como inumanos.

Freire (1987) nos convida a reconhecer os sujeitos re-existent, que lutam por sua humanização, saberes, valores, culturas e identidades. A história do município de Itauçu corrobora essa tese. A história dos camponeses de Itauçu reflete as tensões entre as vivências de desumanização e as re-existências desumanizadoras ocorridas a partir das participações nos movimentos sociais do campo.

A mobilização dos camponeses itauçuenses em prol de seus direitos em ações de resistência foi retomada na década de 1980, nas Comunidades Eclesiais de Base (Borges, 2005). O método ver-julgar-agir, da Teologia da Libertação, possibilitou novamente aos camponeses a afirmação de uma outra dialética: desumanização/consciência/re-existência/humanização.

A perspectiva libertadora das CEB's estimulou os camponeses a ver seus problemas, julgar, à luz do evangelho e propor ações para solucionar a problemática encontrada. Foi nas reuniões das CEB's e da Comissão de Pastoral da Terra (CPT) que os camponeses tiveram um novo espaço que os estimulou a mudar a situação de opressão que continuavam a vivenciar.

Assim, juntos os camponeses perceberam a necessidade de criar "ferramentas" para solucionar seus problemas mais pontuais. A primeira ferramenta criada foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu, o segundo, uma vez que a Ditadura Militar havia extinguido o sindicato criado por meio das Ligas Camponesas. Novamente os camponeses tiveram que enfrentar inúmeros desafios no enfrentamento do discurso colonial de desumanização de sua classe. Foram-lhes impostos inúmeros desafios no processo de criação de um novo sindicato dentro do regime militar, cujas lideranças foram fichadas no DOPS como "comunistas".

A segunda "ferramenta" criada foi um trabalho de associativismo: a Associação Sebastião Rosa da Paz, através do qual conseguiram financiamento de uma ONG alemã, a MISEREOR, para comprar um trator e um caminhão. Mesmo na compra dos maquinários agrícolas houve uma mobilização dos saberes tradicionais camponeses, pois para pagar os financiamentos fizeram uma roça comunitária, tocada em regime de mutirão. Mais uma vez os camponeses mobilizam seus saberes do mundo do trabalho neste processo (Borges, 2005).

Tal como na década de 1960 esse processo não foi fácil para os camponeses, eles sofreram ameaças de morte, tentativas de assassinato, ameaças de sequestro dos filhos dos líderes, injúrias e difamações. Freire (1987) mostra que aprendeu com os oprimidos que a exigência mais radical que o humanismo pedagógico se depara é entender e acompanhar essas radicalidades pedagógicas do re-existir, através das quais essas vidas desconstroem o mito ôntico que os decretou inumanos.

Sobre o aprendizado ocorrido através da participação em movimentos sociais, Grzybowski (1990) mostra que a prática de participação nos movimentos sociais promove um aprendizado coletivo, um acúmulo de experiências que permitem ao camponês um salto na consciência e na socialização política. O autor denomina esse conhecimento adquirido de saber social, gestado com os elementos da prática de luta e com os recursos da própria cultura do grupo. Ele mostra que a reapropriação da cultura popular, reelaboração de forma crítica na negação da cultura dominante, aliada a incorporação de desse novo saber social, que eles adquirem na luta, bem como a forma como eles se apropriam desse saber nos movimentos sociais se tornam algumas das questões mais significativas que surgem da irrupção dos oprimidos na arena política, através deste exercício da cidadania.

Freire (1987) nos conclama a aprender com os oprimidos que suas pedagogias são pedagogias de resistência no processo de recuperação de sua humanidade roubada. Ao longo dos movimentos sociais do campo os camponeses itauçuenses foram adquirindo, mobilizando e transmitindo conhecimentos e saberes neste amplo processo de re-existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar as dinâmicas de organização de re-existência dos camponeses em Itauçu-Goiás apresentamos três movimentos sociais do campo (Ligas Camponesas, MEB, CEB's) na região, bem como a contribuição da participação de cada um deles para o processo de formação da re-existência camponesa na região.

Em relação à problemática da adequação da perspectiva decolonial para se pesquisar as dinâmicas de organização dos camponeses em Itauçu-Goiás, conclui-se que essa perspectiva possibilitou o reconhecimento e a validação do conhecimento e das lutas que foram produzidas pelos camponeses itauçuenses, vítimas de injustiças, opressões, dominações e exclusões. Ela nos permitiu aferir o que estava em jogo na situação pesquisada, e assim elucidar as colonialidades do poder e do saber no objeto pesquisado.

A colonialidade do poder ficou evidenciada na forma como os camponeses eram vistos e tratados inferiores e irracionais, por isso passíveis de desumanização, por exemplo através da cobrança de arrendo de 70%. Essa colonialidade do poder também contribuiu para a criação de uma lógica de relação colonial entre os saberes, os diferentes modos de vida, expressos na cultura camponesa, decretando-os como sujeitos e vítimas do atraso.

A história que os camponeses itauçuenses escreveram ao participar dos movimentos sociais do campo corrobora a tese de Arroyo (2023) de que os oprimidos re-existent a dialética fechada, abissal da opressão/desumanização afirmam uma outra dialética: desumanização/re-existência/humanização.

É incorreta a afirmativa que eles conseguiram solucionar todos os seus problemas, que está além de suas mobilizações, na raiz da desigualdade social no Brasil, como também é incorreto não reconhecer que os camponeses itauçuenses se portaram como sujeitos ativos na luta por seus direitos.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Ione Gomes. **O Movimento de Educação de Base em Goiás e o papel dos intelectuais-monitores (1961-1966)**. Goiânia-Go: PUC GO, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/1068/1/IONE%20GOMES%20ADRIANO.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ARROYO, Miguel G. **Vidas re-existent**: reafirmando sua outra humanidade na história. Petrópolis: Vozes, 2023.

ARROYO, Miguel G. **Vidas ameaçadas**: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis: Vozes, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BORGES, Elisabeth Maria de. **Itauçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento Camponês**. Goiânia: UFG, 2005 (Dissertação de Mestrado em História). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/BORGES__Elisabeth_Maria_de_F_tima.pdf Acesso em: 17 fev. 2025.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima; OLIVEIRA, Daniel Júnior de. O Movimento de Educação de Base (MEB) e a formação dos monitores goianos para a alfabetização dos camponeses na década de 1960. **Revista Científica Da UniMais**, 2024, 22(1), 144-152. Disponível em: <https://revistas.facmais.edu.br/index.php/revistacientificafacmais/article/view/195> Acesso em: 17 fev. 2025.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima; OLIVEIRA, Daniel Junior de. Enxada, caderno e suor: aplicabilidade da pedagogia de Paulo Freire na formação dos monitores para a alfabetização dos camponeses pelo Movimento de Educação de Base em Goiás na década de 1960. **JNT - Facit Business and Technology Journal**, V. 1 n. 44, 2023, p. 163-177. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/2362>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. Itauçu: bandeiras comunistas entre os trabalhadores rurais. **Revista Antítese - Marxismo e cultura socialista**. Vol. 4, ISSN 1808-9194. Goiânia: Kelps, 2007, p. 60-75.

BENZAQUEM, Júlia Figueredo. Reflexões a respeito da ideia do conceito de (r)existências do Sul. **Estudos de Sociologia**, vol. 2, n 20. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/issue/view/2596> Acesso em: 21 mar. 2025.

COSTA, Joaze Bernardino; MALDONADO-TORRES, Nelson.; GROSFUGUEL, Ramon. Decolonialidade e pensamento diaspórico. In: COSTA, José Bernardino; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento diaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 9-26. Acesso em: 01 mar. 2025.

DUARTE, Élio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1977. Disponível em: https://docs.enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/29.Filosofia_da_liberacao.pdf Acesso em: 01 mar. 2025.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalizaÁ,,o ou pÙs-desenvolvimento? in: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 63-79. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf> Acesso em: 01 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUDEMAN, Stephen; RIVERA, Alberto. Conversations in Colombia. The Domestic Economy in Life and Text, 1990. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 apud ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? in: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 63-79. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf> Acesso em: 01 mar. 2025.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás: 1954/64.** Goiânia: Cegraf, 1988.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf> Acesso em: 01 mar. 2025.

LANDER, Edgardo. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf> Acesso em: 01 mar. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global,** p. 127-167, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais e no campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del signo, 2010. Disponível em: https://monoskop.org/images/9/9b/Mignolo_Walter_Desobediencia_epistemi_ca_retorica_de_la_modernidad_logica_de_la_colonialidad_y_gramatica_de_la_descolonialidad_2010.pdf Acesso em: 06 fev. 2025.

MIGNOLO, Walter D. **Novas reflexões sobre a “ideia da América Latina”**: a direita, a esquerda e a opção decolonial. Caderno CRH, v. 21, n. 53, p. 239-252, 2008.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. **A travessia do popular na contradança da educação**: o Movimento de Educação de Base: análise da experiência do estado de Goiás. Goiânia: UCG, 2023. Disponível em: <https://meb.org.br/wp-content/uploads/2021/06/MEB-BIBLIOTECA-LIVROS-A-TRAVESSIA-DO-POPULAR-NA-CONTRADANC%CC%A7A-DA-EDUCAC%CC%A7A%CC%830.pdf> Acesso em: 30 mar. 2025.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Apresentação da edição em português. In: LANGER, Eduardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PRASAD, Pushkala. Postcolonialism: Unpacking and Resisting Imperialism. In: Prasad, P. **Crafting Qualitative Research: Working in the postpositivist traditions**. New York: M.E. Sharpe, 2005, p. 262-281.

RODRIGUES, Luciene da Costa; KOSOP, Roberto José Covaia; SOUZA-LIMA, José Edmilson; SCHAFFRATH, Valter Roberto. Campesinato e sementes crioulas: indícios de decolonialidade. **Guaju Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Matinhos**, v.5, n.1, p. 33-57, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/63829/39238> Acesso em: 01 mar. 2025.

SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras; AYRES, Rosângela Mesquita; LOURENÇO. Rosenery Loureiro. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais: uma proposta de agenda de pesquisa em contabilidade no Brasil. **Revista Custos e @gronegocio on line** - v. 13, n. 3, Jul/Set - 2017. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v13/OK%207%20colonia lismo.pdf> Acesso em: 30 mar. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas gerais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <https://www.iciet.fiocruz.br/sites/www.iciet.fiocruz.br/files/Epistemo logias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcinéia de Souza. A perspectiva decolonial e a (re) leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, p. e7, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469/pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

WALSH, Catherine. **Memorias del seminario Internacional "Diversidad, Interculturalidad y construcción de ciudad"**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 17-19 abr. 2007.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir**. 2009. Disponível em: <https://redinterculturalidad.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/02/interculturalidad-crc3adtica-y-pedagogc3ada-decolonial-walsh.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

Contato das autoras:

Autora: Elisabeth Maria de Fatima Borges
e-mail: elisabeth.borges@discente.ufg.br

Autora: Amone Inácia Alves
e-mail: amone_alves@ufg.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 17/06/2025